

ANDRÉ NICOLITT

MANUAL DE  
PROCESSO  
PENAL

5.<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada

De acordo com as leis:

12.971/2014 •

12.961/2014 •

12.894/2013 •

12.878/2013 •

12.845/2013 •

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™

# MANUAL DE PROCESSO PENAL

5.ª edição revista, atualizada e ampliada

ANDRÉ NICOLITT

1.ª edição: 2009 – 2.ª edição: 2010 – 3.ª edição: 2012 – 4.ª edição: 2013 (Editora Campus).



© desta edição [2014]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS  
*Diretora responsável*

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda  
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450  
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT  
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)  
Tel. 0800-702-2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Visite nosso *site*: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Impresso no Brasil [08-2014]

Universitário [texto]

Fechamento desta edição [08.08.2014]



ISBN 978-85-203-5404-9

# SUMÁRIO

PREFÁCIO – AFRÂNIO SILVA JARDIM .....	11
NOTA INTRODUTÓRIA À 5.ª EDIÇÃO .....	13
NOTA INTRODUTÓRIA À 4.ª EDIÇÃO .....	15
NOTA INTRODUTÓRIA À 1.ª EDIÇÃO .....	17
1. ORDENAMENTO JURÍDICO PROCESSUAL PENAL – INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO .....	35
1.1 Interpretação da lei processual penal: interpretação prospectiva e aplicação imediata dos direitos fundamentais .....	36
1.2 Classificação da hermenêutica .....	37
1.3 Lei processual penal no espaço .....	39
1.4 Lei processual penal no tempo .....	39
1.5 Leis penais processuais mistas (ou híbridas) .....	40
1.6 Resumos esquemáticos.....	42
2. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE JURISDIÇÃO, AÇÃO E PROCESSO .....	47
2.1 É possível falar em uma teoria geral do processo? .....	47
2.2 Jurisdição .....	50
2.2.1 A jurisdição no quadro atual do direito: neoconstitucionalismo e garantismo.....	51
2.2.1.1 Constitucionalismo principalista .....	53
2.2.1.2 Constitucionalismo garantista (ou juspositivista reforçado) .....	53
2.2.1.3 As críticas lançadas ao neoconstitucionalismo .....	54
2.2.1.4 Nossa posição: processo penal, garantismo e neoconstitucionalismo.....	55
2.2.1.5 Apontamentos introdutórios à teoria do garantismo .....	59
2.2.2 Escopo da jurisdição .....	62
2.2.3 Pretensão e lide .....	62

2.2.4	Jurisdição como função realizadora dos valores constitucionais .....	63
2.2.5	Características.....	63
2.2.6	Princípio da jurisdição.....	64
2.3	Ação .....	65
2.3.1	Teoria da ação de Liebman.....	66
2.3.2	Conceito e natureza jurídica da ação e a ação penal como dever jurídico .....	66
2.3.3	Condições para o regular exercício do direito de ação .....	68
2.4	Processo .....	69
2.4.1	Processo como contrato e quase contrato.....	69
2.4.2	Processo como relação jurídica X processo como situação jurídica....	70
2.4.3	Processo como instituição .....	71
2.4.4	Processo como categoria autônoma .....	71
2.4.5	Processo como garantia fundamental (nossa posição).....	71
2.4.6	Processo penal: conceito.....	74
2.5	Nota introdutória à teoria geral dos direitos fundamentais .....	75
2.5.1	Questão conceitual: direitos fundamentais, direitos do homem e direitos humanos .....	76
2.5.1.1	Definição de direitos fundamentais para fins didáticos.....	77
2.5.2	História e dimensões dos direitos fundamentais.....	78
2.5.2.1	Direitos de Primeira Geração .....	83
2.5.2.2	Direitos de Segunda Geração .....	83
2.5.2.3	Direitos de Terceira Geração .....	85
2.5.2.4	Direitos de Quarta Geração.....	85
2.5.3	Direitos Fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) .....	86
2.5.4	Sistema aberto de direitos fundamentais (abertura material dos direitos fundamentais).....	87
2.5.5	Direitos Fundamentais e suas restrições (o problema dos limites) .....	91
2.5.5.1	Requisitos das leis restritivas.....	96
2.5.5.2	Proteção do conteúdo essencial .....	98
2.5.5.3	Leis harmonizadoras e conformadoras.....	99
2.5.6	Eficácia e aplicabilidade dos direitos fundamentais.....	100
2.5.6.1	Eficácia vertical e eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	101
2.6	Resumos esquemáticos.....	102
3.	DESENHO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO .....	111
3.1	Princípios constitucionais do processo penal .....	114
3.1.1	Princípios: conceito e classificações.....	114
3.2	Princípio da dignidade da pessoa humana .....	114
3.3	Devido processo legal.....	117
3.3.1	Apontamentos históricos.....	117
3.3.2	Evolução do conteúdo do princípio.....	118
3.3.3	O devido processo legal – O direito ao processo justo .....	119
3.4	Princípio do acesso à justiça e sua tridimensionalidade.....	121
3.5	O princípio do juiz natural.....	122
3.6	Princípio da igualdade – Paridade de armas.....	123

3.7	Princípios do contraditório, da ampla defesa, da plenitude de defesa, da assistência judiciária e do duplo grau de jurisdição .....	128
3.7.1	Contraditório .....	128
3.7.2	Ampla defesa .....	129
3.7.3	Plenitude de defesa .....	130
3.7.4	Assistência judiciária .....	131
3.7.5	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	131
3.7.5.1	Nossa posição.....	131
3.8	Princípio da publicidade e da motivação.....	133
3.9	Princípio da duração razoável do processo .....	135
3.9.1	Duração razoável do processo: apontamentos históricos, conceito e natureza jurídica .....	135
3.9.2	Teoria do prazo fixo X teoria do não prazo .....	136
3.9.3	Como medir a duração razoável do processo? Critério do TEDH .....	140
3.9.4	Consequência pelo descumprimento do prazo razoável.....	144
3.9.5	As soluções compensatórias no processo penal .....	145
3.9.6	Duração razoável e prisão cautelar .....	147
3.10	Princípio da presunção de inocência e sua axiologia tridimensional .....	148
3.10.1	Apontamento histórico sobre a presunção de inocência .....	148
3.10.2	Presunção de inocência ou de não culpabilidade? .....	149
3.10.3	As três dimensões .....	150
3.10.3.1	Regra de tratamento .....	150
3.10.3.2	Regra de julgamento .....	151
3.10.3.3	Regra de garantia.....	152
3.10.3.4	Da eficácia irradiante da presunção de inocência.....	152
3.11	Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas.....	153
3.12	Princípio da reserva de jurisdição .....	154
3.12.1	Nossa posição .....	158
3.13	Direito a não autoincriminação: <i>nemo tenetur se detegere</i> .....	160
3.14	Outros aspectos relevantes do processo penal na Constituição .....	163
3.15	Resumos esquemáticos.....	163
4:	PERSECUÇÃO PENAL (Investigação Criminal).....	169
4.1	Investigação criminal .....	169
4.1.1	Polícia Judiciária .....	169
4.2	Investigação criminal: quem pode investigar? .....	172
4.2.1	Investigação pela polícia .....	172
4.2.2	Investigação pelo Ministério Público .....	172
4.2.2.1	Nossa posição.....	176
4.2.3	Investigação pelas CPIs.....	177
4.2.4	Investigação pelos Tribunais .....	178
4.2.5	Peças de informação .....	179
4.3	Inquérito policial: natureza jurídica, finalidade e conceito .....	179
4.3.1	Características.....	180
4.3.2	Vícios, formalidades e caráter informativo .....	185
4.3.3	Instauração .....	188
4.3.3.1	Dos atos formais de instauração.....	188
4.3.3.2	Notícia do crime.....	189

4.3.3.3	VPIs (Verificação da Preliminar de Inquérito) .....	190
4.3.3.4	Instauração do inquérito e as espécies de ação penal .....	191
4.3.3.5	Recurso ao chefe de polícia .....	192
4.3.3.6	Instauração por requisição .....	192
4.3.4	Indiciamento .....	193
4.3.5	Desenvolvimento do inquérito policial .....	194
4.3.5.1	Deslocamento ao local, apreensão de objetos e buscas domiciliares .....	194
4.3.5.2	Oitiva do indiciado .....	195
4.3.5.3	A identificação do indiciado .....	197
4.3.5.4	Incomunicabilidade do preso .....	197
4.3.6	Encerramento do inquérito .....	198
4.3.6.1	Conclusão .....	198
4.3.6.2	Dos prazos .....	199
4.3.6.2.1.	Prazo do Inquérito, indiciado preso e Lei 12.403/2011 .....	200
4.3.6.2.2	Prazo do Inquérito e réu solto: constitucionalidade do § 3.º do art. 10 do CPP .....	202
4.3.7	Baixa para diligências imprescindíveis .....	203
4.3.8	Arquivamento .....	204
4.3.8.1	Natureza do arquivamento .....	205
4.3.8.2.	O controle sobre o arquivamento do inquérito policial e a inconstitucionalidade do art. 28 do CPP .....	206
4.3.8.3	Arquivamento implícito .....	209
4.3.9	Desarquivamento .....	210
4.3.9.1	Novas provas .....	211
4.3.10	Inquérito policial e legislação especial .....	212
4.4	Resumos esquemáticos .....	213
5.	ACÇÃO PENAL .....	225
5.1	Ação penal: conceito e natureza jurídica .....	225
5.2	Condições para o regular exercício do direito de ação .....	226
5.2.1	Legitimidade .....	228
5.2.2	Interesse de agir .....	229
5.2.2.1	Inconstitucionalidade da parte final do § 1.º do art. 110 do CP .....	230
5.2.3.	Possibilidade jurídica da demanda .....	233
5.2.4	Originalidade .....	235
5.2.5	Justa causa .....	237
5.3	Classificação .....	238
5.3.1	Ação penal pública .....	238
5.3.1.1	Ação penal pública condicionada: as condições específicas de procedibilidade .....	238
5.3.1.2	Da representação do ofendido .....	240
5.3.1.3	Ação penal: parlamentares e chefes de governo .....	241
5.3.2	Da ação penal de iniciativa privada .....	242
5.3.2.1	Ação penal de iniciativa privada: classificação .....	242
5.3.2.2	Ação privada e os institutos da substituição e da sucessão processual .....	244

5.4	Princípios que regem a ação penal pública.....	244
5.4.1	Princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade .....	244
5.4.2	Princípios da oficialidade e da indivisibilidade .....	245
5.4.3	Princípio da intranscendência .....	247
5.5	Princípios que regem a ação penal privada .....	248
5.5.1	Princípios da oportunidade, da disponibilidade e da indivisibilidade .....	248
5.6	Denúncia, queixa e aditamento.....	248
5.6.1	Denúncia.....	249
5.6.1.1	Denúncia genérica e imputação alternativa .....	250
5.6.1.2	Qualificação do acusado, classificação do crime e rol de testemunhas .....	254
5.6.1.3	Outras exigências formais .....	255
5.6.2	Queixa .....	255
5.6.3	Aditamento: conceito e classificação.....	256
5.6.3.1	Aditamento da denúncia.....	257
5.6.3.2	Aditamento da queixa .....	259
5.6.3.2.1	Nossa posição.....	261
5.7	Prazos para denúncia e para o exercício do direito de queixa .....	262
5.7.1	Prazo para a denúncia.....	262
5.7.2	Prazo para a queixa .....	265
5.8	Direito de queixa e adolescente casado ou emancipado.....	266
5.9	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....	267
5.9.1	Antigo regramento da ação penal nos crimes contra os costumes .....	267
5.9.2	As antigas hipóteses do § 1.º, art. 225 do CP: vítima pobre e abuso do pátrio poder .....	270
5.9.3	Novo regramento: ação penal nos crimes contra a dignidade sexual e a controvérsia em razão da qualificadora.....	272
5.9.3.1	Nossa posição.....	274
5.9.4	Questões intertemporais .....	275
5.10	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público .....	276
5.11	Extinção da punibilidade .....	277
5.11.1	Prescrição, decadência e preempção .....	277
5.11.2	Renúncia ao direito de queixa.....	282
5.11.3	Perdão do ofendido .....	283
5.11.4	Renúncia e retratação ao direito de representação .....	283
5.12	Ação penal e sentença: princípio da correlação.....	284
5.12.1	<i>Emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i> : distinção.....	284
5.12.2	A dinâmica da <i>emendatio</i> e da <i>mutatio</i> no CPP e na doutrina tradicional.....	287
5.12.3	Nossa leitura crítica dos institutos.....	288
5.12.3.1	<i>Emendatio libelli</i> e seu momento processual .....	288
5.12.3.2	A <i>mutatio libelli</i> : juiz acusador e juiz que provoca a acusação. Inconstitucionalidades .....	289
5.12.3.3	Aditamento e aplicação do art. 28 do CPP .....	291
5.12.3.4	Superveniente alteração de legitimidade.....	293
5.12.3.5	Aditamento e sistema recursal .....	293
5.13	Ação civil <i>ex delicto</i> .....	294
5.13.1	Ação civil: questões controvertidas.....	297

5.13.2	Composição civil dos danos.....	299
5.14	Resumos esquemáticos.....	299
6.	JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	331
6.1	Jurisdição.....	331
6.2	Competência e os princípios que lhes são aplicáveis.....	331
6.3	Estrutura do Poder Judiciário no Brasil: competências recursal e originária....	334
6.3.1	Classificação: Justiças Comum e Especializada/Justiças Federal e Estadual.....	337
6.4	Da fixação da competência.....	339
6.4.1	Da fixação da competência de justiça.....	339
6.4.1.1	Competência da Justiça Federal.....	340
6.4.1.2	Competência das Justiças Militar Federal e Militar Estadual..	342
6.4.1.3	Competência da Justiça Eleitoral.....	344
6.4.1.4	Da competência da Justiça do Trabalho para julgar <i>habeas corpus</i> .....	346
6.4.1.5	Competência da Justiça Estadual (comum).....	347
6.4.2	Competência de foro (competência territorial).....	347
6.4.3	Competência do juízo.....	351
6.5	Incompetências absoluta e relativa: efeitos.....	351
6.6	Competência por prerrogativa de função.....	354
6.6.1	Foro por prerrogativa e cessação do exercício da função (art. 84, §1.º, CPP).....	355
6.6.2	Foro por prerrogativa e ação de improbidade (art. 84, § 2.º, CPP).....	356
6.6.3	Concurso aparente de normas constitucionais sobre competência.....	357
6.6.3.1	Foro por prerrogativa do Prefeito Municipal: crimes eleitorais e crimes de competência da Justiça Federal.....	358
6.6.3.2	Prerrogativa de função e Tribunal do Júri.....	359
6.6.4	Foro por prerrogativa e exceção da verdade.....	360
6.6.5	Prerrogativa de função nas Constituições dos Estados.....	362
6.7	Causas de modificação da competência: conexão, continência e desaforamento.....	365
6.7.1	Foro prevalente.....	366
6.7.2	Separação dos processos.....	367
6.7.3	Separação dos processos por força da Constituição e os reflexos na competência dos Juizados Especiais Criminais.....	369
6.7.3.1	Conexão entre júri e crime eleitoral.....	373
6.7.3.2	Prerrogativa de função, conexão e continência: hipóteses de separação obrigatória.....	373
6.7.3.3	Prerrogativa de função, conexão, continência e duplo grau de jurisdição.....	376
6.7.4	Do desaforamento.....	376
6.8	Conexão e uniformização dos julgados.....	377
6.9	A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e sua exceção.....	378
6.10	Conflito de competência e conflito de atribuição.....	379
6.10.1	Conflito de competência.....	379
6.10.2	Conflito de atribuição.....	380
6.10.2.1	Conflito de atribuição entre membros do mesmo Ministério Público.....	381



6.10.2.2	Conflito de atribuição entre órgãos de Ministérios Públicos diversos .....	382
6.10.3	Conflito de atribuições entre autoridades judiciárias .....	383
6.10.4	Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal (art. 109, V-A, CF/1988).....	383
6.11	Julgamento colegiado em primeiro grau – Lei 12.694/2012.....	386
6.12	Resumos esquemáticos.....	389
7.	SUJEITOS PROCESSUAIS.....	411
7.1	O Juiz .....	411
7.1.1	Capacidade do Juiz .....	412
7.1.2	Função, poderes e deveres .....	412
7.1.3	Garantias e prerrogativas .....	414
7.1.4	Vedação.....	414
7.1.5	Suspeição e impedimento .....	415
7.2	Das partes.....	417
7.2.1	Ministério Público .....	418
7.2.1.1	O Ministério Público na estrutura do Estado .....	418
7.2.1.2	O Ministério Público e seus princípios institucionais.....	418
7.2.1.3	O Ministério Público e sua posição na ação penal pública condenatória .....	421
7.2.1.4	O Ministério Público na ação penal privada e na ação privada subsidiária da pública.....	422
7.2.1.5	Funções do Ministério Público .....	423
7.2.1.6	Garantias e prerrogativas do Ministério Público .....	424
7.2.1.7	Impedimentos e suspeições do Ministério Público .....	426
7.2.1.8	Deveres e vedações do Ministério Público .....	427
7.2.2	Do acusado .....	428
7.2.3	Da defesa.....	429
7.2.3.1	Do advogado .....	430
7.2.3.2	Da Defensoria Pública e seus princípios institucionais.....	432
7.2.3.3	Defensoria: função, garantias, prerrogativas, deveres e vedações .....	434
7.3	Dos sujeitos secundários (ou coadjuvantes) do processo .....	441
7.3.1	Dos auxiliares da justiça .....	441
7.3.2	Do assistente de acusação .....	442
7.3.3	Assistente da defesa .....	443
7.4	Resumos esquemáticos.....	444
8.	ATOS PROCESSUAIS, PROCEDIMENTOS E QUESTÕES INCIDENTES.....	451
8.1	Atos processuais.....	451
8.1.1	Conceito e classificação .....	451
8.1.2	Citação.....	452
8.1.2.1	Citação por mandado.....	453
8.1.2.2	Citação por carta.....	454
8.1.2.3	Citação do militar e do funcionário público .....	456
8.1.2.4	Citação do réu preso .....	456
8.1.2.5	Citação por hora certa.....	457
8.1.2.6	Citação por edital.....	459

8.1.2.7	Citação: revelia, suspensão do processo e do prazo prescricional .....	461
8.1.3	Intimações .....	471
8.1.4	Ato de algemar e Súmula Vinculante 11 .....	472
8.2	Procedimentos .....	474
8.2.1	Procedimento comum.....	475
8.2.1.1	Procedimento comum ordinário .....	476
8.2.1.2	Procedimento no Tribunal do Júri.....	488
8.2.1.2.1	Da Primeira fase do Júri .....	489
8.2.1.3	Procedimento sumário .....	520
8.2.1.4	Procedimento sumaríssimo – Lei 9.099/1995 .....	521
8.2.1.4.1	Dos Juizados e de sua competência .....	521
8.2.1.4.2	Procedimento .....	524
8.2.1.4.3	Da fase preliminar .....	525
8.2.1.4.4	Da representação e sua controvérsia.....	527
8.2.1.4.5	Transação penal e sua natureza jurídica .....	529
8.2.1.4.6	Oferecimento da denúncia e audiência de instrução .....	551
8.2.2	Procedimentos especiais .....	552
8.2.2.1	Procedimentos especiais do Código de Processo Penal.....	552
8.2.2.2	Procedimentos especiais em leis extravagantes.....	554
8.2.2.2.1	Procedimento na Lei 11.343/2006 .....	554
8.2.2.2.2	Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) .....	555
8.2.2.2.3	Dos Crimes de Trânsito – Controvérsias .....	574
8.2.2.2.4	Lei de Lavagem de Dinheiro .....	579
8.2.2.2.5	Lei 12.850/2013 (Organizações Criminosas) .	585
8.3	Questões prejudiciais e processos incidentes.....	589
8.3.1	Questões prejudiciais.....	590
8.3.2	Processos incidentes .....	591
8.3.2.1	Das exceções .....	591
8.3.2.2	Restituição das coisas apreendidas.....	594
8.3.2.3	Incidente de falsidade .....	595
8.3.2.4	Incidente de insanidade mental .....	595
8.4	Resumos esquemáticos.....	596
9.	DA PROVA NO PROCESSO PENAL .....	617
9.1	A prova e a busca da verdade.....	617
9.2	Apontamentos sobre a Teoria Geral da Prova.....	620
9.2.1	Prova: conceito, natureza jurídica, meios e objeto.....	620
9.2.2	O ônus da prova no processo penal .....	621
9.2.3	Princípios aplicáveis à prova no processo penal brasileiro .....	624
9.2.3.1	Princípios constitucionais referentes à prova.....	625
9.2.3.2	Princípios infraconstitucionais referentes à prova .....	629
9.2.3.3	Nossa posição.....	631
9.2.4	Provas ilícitas: teorias sobre vedação e admissão .....	635
9.2.4.1	Princípio da razoabilidade e proporcionalidade.....	637
9.2.4.2	Proporcionalidade e provas ilícitas.....	637
9.2.4.3	Proporcionalidade <i>pro reo</i> .....	637

9.2.4.4	Proporcionalidade <i>pro societate</i> .....	638
9.2.4.5	Prova ilícita na reforma processual de 2008.....	642
9.2.4.5.1	Prova ilícita por derivação ( <i>fruits of the poisonous tree</i> ) .....	643
9.2.4.5.2	Teorias da <i>independent source</i> (fonte independente) e da <i>inevitable discovery</i> (do descobrimento inevitável ou do curso hipotético de investigação) .....	644
9.2.4.5.3	Fontes independentes e descoberta inevitável na reforma processual de 2008 – Controvérsias sobre o art. 157 do CPP.....	645
9.2.4.6	Vedação das provas astuciosas ou enganosas: flagrante preparado e interrogatório sub-reptício .....	646
9.2.5	Procedimento probatório .....	648
9.2.5.1	Sistemas de valoração das provas .....	649
9.2.5.2	Valoração da prova e resultado do processo .....	650
9.3.	Das provas em espécie.....	651
9.3.1	Do interrogatório, da confissão e da delação.....	651
9.3.1.1	Interrogatório: natureza jurídica, características .....	651
9.3.1.1.1	Conceito .....	651
9.3.1.1.2	Natureza jurídica.....	651
9.3.1.1.2.1	Nossa posição.....	652
9.3.1.1.3	Características .....	653
9.3.1.2	Interrogatório e art. 260 do CPP: leitura constitucional ....	653
9.3.1.3	Procedimento do interrogatório.....	654
9.3.1.4	Interrogatório em estabelecimento prisional e interrogatório por videoconferência .....	656
9.3.1.5	Direito ao silêncio e direito de mentir .....	660
9.3.1.6	Interrogatório de corréu.....	662
9.3.1.7	Confissão.....	663
9.3.1.8	Delação.....	665
9.3.2	Das perguntas ao ofendido.....	666
9.3.3	Da prova testemunhal .....	667
9.3.4	Do reconhecimento de pessoas e coisas e da reconstituição do crime .....	671
9.3.4.1	Reconhecimento de pessoa .....	671
9.3.4.2	Reconhecimento de coisa.....	672
9.3.4.3	Reconstituição do crime.....	673
9.3.5	Da acareação .....	673
9.3.6	Da prova documental.....	674
9.3.7	Da prova pericial e exame de corpo de delito .....	675
9.3.8	Dos indícios .....	682
9.3.9	Da prova emprestada .....	684
9.3.10	Interceptações telefônicas, gravações ambientais e o problema da licitude da prova .....	685
9.3.11	Intervenções corporais.....	687
9.4	Resumos esquemáticos.....	694
10.	PROCESSO PENAL CAUTELAR.....	703
10.1	Apontamentos sobre a Teoria Geral das Medidas Cautelares Pessoais .....	705
10.1.1	Interpretação prospectiva e Lei 12.403/2011 .....	707

10.1.2	Princípios reitores do processo penal cautelar .....	708
10.1.2.1	Dignidade da pessoa humana .....	708
10.1.2.2	Devido processo legal .....	713
10.1.2.2.1	Devido processo legal e taxatividade das medidas cautelares .....	714
10.1.2.2.2	Medidas Cautelares e Princípio da Duração Razoável do Processo .....	715
10.1.2.2.3	A Presunção de Inocência como limite teleológico das medidas cautelares .....	715
10.1.2.3	Reserva de jurisdição .....	716
10.1.2.4	Motivação .....	717
10.1.2.5	Contraditório .....	717
10.1.2.6	Excepcionalidade .....	718
10.1.2.7	Proporcionalidade .....	719
10.1.2.8	Nossa posição crítica sobre os dispositivos referidos (art. 282, I e II, do CPP) .....	720
10.1.2.9	Provisionalidade e provisoriedade ou precariedade .....	722
10.1.3	Medidas cautelares: hipóteses legais de cabimento e pressupostos fáticos .....	722
10.2	Medidas cautelares em espécie .....	724
10.2.1	Da prisão processual .....	724
10.2.1.1	Apontamentos sobre a teoria geral da prisão cautelar: princípios, requisitos, validade e características .....	725
10.2.1.1.1	Enquadramento constitucional: princípios da presunção de inocência e da proporcionalidade (princípio da vedação do excesso) .....	725
10.2.1.1.2	Pressupostos e fundamentos (pressupostos fáticos) .....	728
10.2.1.1.3	Validade .....	729
10.2.1.1.4	Características .....	729
10.2.1.2	As espécies de prisão processual .....	730
10.2.1.2.1	Prisão em flagrante .....	731
10.2.1.2.2	Auto de prisão em flagrante .....	736
10.2.1.2.3	Prisão em flagrante e período eleitoral .....	742
10.2.1.3	Prisão preventiva .....	743
10.2.1.3.1	Hipóteses legais de cabimento da prisão – Art. 313 do CPP .....	743
10.2.1.3.1.1	Nossa posição atual .....	746
10.2.1.3.2	Parágrafo único do art. 313 .....	747
10.2.1.3.3	Nossas posições críticas .....	750
10.2.1.3.3	Prisão temporária .....	755
10.2.1.3.3.1	Nossa posição .....	757
10.2.1.3.4	Prisão domiciliar .....	758
10.2.1.3.5	Outras prisões (administrativa e civil) .....	760
10.2.1.3.6	Duração razoável da prisão provisória .....	761
10.2.1.3.7	A forma de contagem do prazo: sistema prazo a prazo, sistema global e sistema de fases .....	769
10.2.1.3.8	Prisão provisória: excepcionalidade e proporcionalidade .....	770

	10.2.1.3.9	Progressão cautelar de regime – Lei 12.736/2012 .....	771
	10.2.2	O sistema de liberdade no curso do processo .....	775
	10.2.2.1	Liberdade plena e liberdade provisória .....	776
	10.2.2.2	Liberdade provisória: espécies .....	781
	10.2.2.3	Liberdade provisória e vedações legais (inconstitucionais) .....	782
	10.2.2.4	Liberdade provisória e inafiançabilidade.....	783
	10.2.3	Medidas cautelares diversas da prisão.....	784
	10.2.3.1	Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades .....	786
	10.2.3.2	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações.....	787
	10.2.3.3	Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante.....	788
	10.2.3.4	Proibição de ausentar-se da comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução e proibição de ausentar-se do país .....	789
	10.2.3.5	Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos .....	790
	10.2.3.6	Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais..	791
	10.2.3.7	Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável e houver risco de reiteração .....	792
	10.2.3.8	Fiança.....	793
	10.2.3.8.1	Valor da fiança .....	795
	10.2.3.8.2	Recusa e retardamento da fiança .....	796
	10.2.3.8.3	Destino do valor da fiança .....	796
	10.2.3.8.3.1	Fiança e hipossuficiência econômica.....	797
	10.2.3.8.4	Fiança e autoridade policial .....	797
	10.2.3.9	Monitoração eletrônica: do PL 156/2009 à LEP e à Lei 12.403/2011 .....	798
	10.2.3.9.1	Monitoramento eletrônico: compatibilidade sistêmica e risco cultural .....	800
	10.2.3.10	Medidas cautelares diversas da prisão e detração da pena ...	802
10.3		Medidas cautelares reais e probatórias .....	803
	10.3.1	Medidas assecuratórias .....	803
	10.3.1.1	Do sequestro .....	804
	10.3.1.2	Da hipoteca legal.....	805
	10.3.1.3	Do arresto.....	806
	10.3.2	Medidas cautelares probatórias (ou meios de obtenção de prova).....	806
	10.3.2.1	Busca e apreensão.....	807
	10.3.2.1.1	Da busca domiciliar.....	809

10.3.2.1.2	Encontros fortuitos .....	811
10.3.2.1.3	Escritórios de advocacia .....	812
10.3.2.1.4	Busca pessoal.....	812
10.3.2.2	O regime da interceptação na Constituição de 1988 .....	817
10.3.2.2.1	O regime infraconstitucional das interceptações: Lei 9.296/1996 .....	819
10.3.2.2.2	Requisitos legais para a interceptação telefô- nica.....	819
10.3.2.2.3	Definição do objeto da investigação: limites subjetivos e objetivos e encontros fortuitos ....	820
10.3.2.2.4	A controvérsia doutrinária sobre a constitu- cionalidade do parágrafo único do art. 1.º da Lei 9.296/1996 .....	822
10.3.2.2.5	Interceptação e prova emprestada .....	823
10.3.2.2.6	Gravação de conversa do investigado com ad- vogado e familiares.....	825
	10.3.2.2.6.1 Nossa posição .....	826
10.3.2.2.7	Procedimento de interceptação .....	826
10.3.2.2.8	Do prazo da interceptação .....	827
10.3.2.2.9	Processamento em apartado e apensamento ...	828
10.3.2.3	Quebra de sigilo bancário e fiscal.....	829
10.3.2.4	Captações e interceptações ambientais; infiltração de agentes e ação controlada.....	831
10.4	Resumos esquemáticos.....	834
11.	SENTENÇA .....	837
11.1	Conceito e classificação.....	837
11.2	Requisitos formais da sentença .....	839
11.3	Da sentença absolutória, seus efeitos e providências .....	841
11.4	Sentença condenatória, limites, efeitos e providências .....	843
11.4.1	Limites: impossibilidade de condenação diante de pedido de absolvição do Ministério Público. Releitura do art. 385 do CPP .....	844
11.4.2	Efeitos e providências .....	845
11.5	Publicação e intimação da sentença .....	846
11.5.1	Intimação da sentença .....	847
11.5.2	Nossa posição .....	849
11.6	Resumos esquemáticos.....	849
12.	COISA JULGADA .....	853
12.1	Conceito, natureza jurídica e classificação .....	853
12.2	Coisa julgada e revisão criminal.....	854
12.3	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada .....	855
12.4	Limites objetivos da coisa julgada no concurso formal, nos crimes continuados e nos crimes habituais e permanentes.....	856
12.4.1	Concurso formal.....	856
12.4.2	Crime continuado.....	857
12.4.3	Crimes habituais e permanentes.....	859
12.5	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	860
12.6	Resumos esquemáticos.....	860
13.	DAS NULIDADES.....	863

13.1	Defeitos dos atos processuais (inexistência, irregularidade e nulidade) .....	863
13.2	Nulidade absoluta e nulidade relativa .....	864
13.3	Efeitos da nulidade .....	866
13.4	Prevalência das impeditivas .....	867
13.5	Nulidades sanáveis e insanáveis .....	868
13.6	Resumos esquemáticos .....	869
14.	RECURSOS NO PROCESSO PENAL E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO .....	871
14.1	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	871
14.2	Limite do duplo grau de jurisdição .....	873
14.3	Teoria Geral dos Recursos .....	874
14.3.1	Recursos e ações autônomas de impugnação .....	874
14.3.2	Conceito, natureza jurídica e características dos recursos .....	874
14.3.3	Classificação .....	875
14.4	Princípios Gerais dos Recursos .....	876
14.4.1	Taxatividade .....	876
14.4.2	Unirrecorribilidade/Unicidade – Art. 593, § 4.º, do CPP .....	876
14.4.3	Variabilidade ou suplementação dos recursos? .....	877
14.4.4	Complementaridade dos recursos .....	877
14.4.5	Conversão .....	878
14.4.6	Fungibilidade dos recursos (art. 579 do CPP) .....	878
14.4.7	Voluntariedade .....	878
14.4.8	Dialeticidade .....	879
14.4.9	Disponibilidade dos recursos .....	879
14.4.10	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias .....	880
14.4.11	Personalidade dos recursos .....	880
14.5	Efeitos dos recursos .....	882
14.5.1	Devolutivo .....	882
14.5.2	Suspensivo (suspensão dos efeitos da decisão) .....	883
14.5.3	Extensivo .....	883
14.5.4	Iterativo .....	883
14.6	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito .....	883
14.6.1	Juízo de admissibilidade – Prelibação .....	883
14.6.2	Juízo de mérito ou libação .....	884
14.6.3	Requisitos de admissibilidade – Condições de admissibilidade e pres- supostos recursais .....	884
14.6.3.1	Condições recursais .....	885
14.6.3.2	Pressupostos recursais .....	886
14.7	Dos Recursos em Espécie .....	889
14.7.1	Recurso em sentido estrito (art. 581 do CPP) .....	889
14.7.1.1	Conceito e denominação .....	889
14.7.1.2	Rol taxativo .....	889
14.7.1.3	Hipóteses legais .....	890
14.7.1.4	Competência para julgamento .....	893
14.7.1.5	Efeitos .....	893
14.7.1.6	Procedimento e processamento .....	893
14.7.2	Apelação .....	894
14.7.2.1	Conceito .....	894

14.7.2.2	Espécies.....	894
14.7.2.3	Condições recursais .....	895
14.7.2.4	Apelação e prisão cautelar.....	899
14.7.2.5	Procedimento da apelação.....	899
14.7.2.6	Efeitos .....	900
14.7.3	Embargos declaratórios e pedido de declaração de sentença.....	900
14.7.3.1	Procedimento dos embargos declaratórios.....	901
14.7.3.2	Julgamento dos embargos declaratórios.....	903
14.7.4	Embargos infringentes e de nulidade (art. 609 do CPP) .....	904
14.7.5	Agravos .....	905
14.7.6	Carta testemunhável.....	906
14.7.7	Correição parcial.....	907
14.7.8	Recurso extraordinário e recurso especial .....	907
14.7.8.1	Legitimidade e interesse.....	909
14.7.8.2	Procedimento.....	909
14.7.8.3	Agravo de instrumento contra denegação do recurso extraordinário e do recurso especial.....	910
14.7.8.4	Efeitos .....	911
14.7.9	Recurso ordinário constitucional.....	912
14.8	Ações autônomas de impugnação .....	913
14.8.1	Revisão criminal .....	913
14.8.1.1	Conceito e natureza jurídica .....	913
14.8.1.2	Fundamentos para a revisão criminal .....	914
14.8.1.3	Condições da ação.....	916
14.8.1.4	Reiteração de pedido.....	916
14.8.1.5	Revisão criminal e soberania dos veredictos .....	917
14.8.1.6	Capacidade postulatória – Necessidade de prisão – Prazo para o exercício .....	917
14.8.1.7	Competência .....	917
14.8.1.8	Procedimento.....	918
14.8.1.9	Antecipação de tutela (liminar) .....	919
14.8.1.10	Sentença, recursos e coisa julgada .....	919
14.8.2	<i>Habeas Corpus</i> .....	920
14.8.2.1	Origem e natureza jurídica.....	920
14.8.2.2	Espécie de <i>habeas corpus</i> : liberatório e preventivo .....	921
14.8.2.3	Condições da ação.....	921
14.8.2.4	Competência.....	924
14.8.2.5	Procedimento.....	924
14.8.2.6	Sentença e coisa julgada.....	926
14.8.3	Mandado de segurança .....	926
14.8.3.1	Condições da ação.....	927
14.8.3.2	Procedimento.....	928
14.8.4	Das reclamações.....	930
14.9	Resumos esquemáticos.....	931
15.	EXECUÇÃO PENAL .....	937
15.1	Considerações iniciais.....	937
15.2	Princípios constitucionais incidentes sobre a execução penal .....	938



15.3	Dos órgãos da execução penal.....	939
15.4	Dos estabelecimentos penais.....	940
15.5	Do condenado.....	941
15.5.1	Da classificação dos condenados.....	941
15.6	Da assistência.....	942
15.7	Do trabalho, do estudo e da remição.....	943
15.8	Dos direitos e deveres do condenado.....	944
15.9	Da disciplina e das infrações administrativas e suas respectivas sanções.....	944
15.9.1	RDD – Regime Disciplinar Diferenciado.....	945
15.10	Da competência executória.....	947
15.11	Do processo executório.....	947
15.11.1	Da execução provisória da pena.....	948
15.11.2	Execução das penas em espécie.....	950
15.11.2.1	Da execução das penas privativas de liberdade.....	950
15.11.2.2	Monitoramento eletrônico.....	951
15.12	Do procedimento.....	953
15.13	Da dinâmica da execução.....	953
15.14	Resumos esquemáticos.....	954
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	959